

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
(2007/2008)

Docente: Maria João Pestana de Vasconcelos

INTRODUÇÃO

1. Noção e objecto do Direito Internacional Privado

Variedade de situações jurídicas quanto à sua localização no espaço. Situações jurídicas puramente internas, relativamente internacionais e absolutamente internacionais

A problemática da sua regulamentação

- A) – O princípio da territorialidade. Os limites à aplicação das leis no espaço e a necessidade de protecção das expectativas dos particulares nas relações internacionais
- B) – O princípio da não-transactividade. O conflito de leis e as regras de conflitos

2. Âmbito do DIP

Os problemas suscitados por ocasião da regulamentação de situações internacionais

3. Natureza jurídica do DIP

Caracterização

Confronto com ramos de direito afins

4. Evolução histórica do DIP

5. Conflito de Jurisdições

Competência internacional dos tribunais portugueses

Regimes comunitários:

- Regulamento n.º 44/2001, de 22 de Dezembro de 2000, relativo à competência judiciária e ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial

- Regulamento n.º 2201/2003, de 27 de Novembro de 2003, relativo ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental

Regime do Código de Processo Civil

Reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras em Portugal

6. Conflitos de leis

O método clássico europeu

Princípios de DIP

A – Harmonia Jurídica Internacional

B – Paridade de Tratamento

C – Boa Administração da Justiça

D – Harmonia Interna

E – Efectividade

F - Autonomia

Interesses relevantes na escolha do elemento de conexão da regra de conflitos

Críticas norte-americanas à metodologia clássica europeia

DAVID CAVERS

BRAINERD CURRIE

Integração das críticas norte-americanas no sistema conflitual clássico

Apuramento da justiça conflitual

A – Especialização das regras de conflitos

B – Cláusula de excepção

C – Concretização judicial do princípio da proximidade

6.5.2. Influência das considerações de justiça material na escolha de lei

A – Regras de conflitos de conexão material

B – Influência da justiça material na escolha de lei

6.5.4. Influência da análise do interesse governamental

A – O art. 15.º do Código Civil

B – Normas materiais espacialmente auto-limitadas

C – Normas de aplicação necessária e imediata

- 6.6. Direito Internacional Privado Material
 - 6.6.1. DIP material de criação legislativa
 - 6.6.2. DIP material de criação jurisprudencial
 - 6.6.3. Crítica
 - 6.6.4. Influência do DIP material no nosso sistema conflitual
 - 6.6.5. Conclusão sobre o problema do método em DIP

PARTE I – PARTE GERAL DO DIREITO DE CONFLITOS

CAPÍTULO I – TEORIA DA NORMA DE CONFLITOS

1. Elementos estruturais da regra de conflitos

- 1.1. Consequência jurídica
- 1.2. Elemento de conexão
- 1.3. Conceito-quadro

2. Função da regra de conflitos

- 2.1. O sistema bilateralista e o sistema unilateralista
- 2.2. Vantagens e desvantagens dos dois sistemas
- 2.3. A solução adoptada no sistema português

CAPÍTULO II – O PROBLEMA DA QUALIFICAÇÃO

1. O problema da interpretação do conceito-quadro

2. O problema do objecto da qualificação

- 2.1. A solução preconizada pelo art. 15.º do Código Civil
- 2.2. Posição da doutrina dominante. Críticas ao art. 15.º do Código Civil
- 2.3. A doutrina clássica italiana e a tese de ARTHUR ROBERTSON
- 2.4. O problema dos conflitos de qualificação, da dupla fundamentação e de ausência de fundamentação de uma pretensão ou consequência jurídica

3. As lacunas no sistema das regras de conflitos

CAPÍTULO III – A CONSIDERAÇÃO DOS SISTEMAS CONFLITUAIS ESTRANGEIROS

1. A questão do reenvio (conflito negativo)

1.1. Soluções possíveis

1.2. O reenvio no direito português

A – A regra do artigo 16.º do Código Civil

B – O recurso ao princípio da harmonia jurídica internacional como fundamento do reenvio (artigos 17.º e 18.º)

C – O relevo do princípio da boa administração da justiça no contexto do retorno

D – O princípio da conservação dos negócios jurídicos como fundamento autónomo do reenvio e como limite ao reenvio

2. O problema do reconhecimento de direitos adquiridos (conflito positivo)

2.1. Colocação do problema à luz do Código Civil

2.2. As doutrinas bilateralistas e unilateralistas

3. A referência aos ordenamentos jurídicos plurilegislativos

3.1. O problema

3.2. Soluções

3.2.1. Conflitos interpessoais

3.2.2. Conflitos interterritoriais

CAPÍTULO IV – APLICAÇÃO DO DIREITO MATERIAL ESTRANGEIRO

1. Aplicação e interpretação do direito estrangeiro

2. Condição jurídica do direito estrangeiro

3. Averiguação do conteúdo do direito estrangeiro

CAPÍTULO V – EVICÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO

1. Ordem pública internacional

2. Fraude à lei

Nota:

- ❖ **A Parte Especial do Direito Internacional Privado não será leccionada de forma sistemática e, por essa razão, não consta do programa. No entanto, serão abordadas nas aulas práticas algumas matérias relativas à Parte Especial que deverão ser estudadas pelos alunos já que poderão vir a ser objecto de avaliação. Para o estudo da parte especial, *vide* JOÃO BAPTISTA MACHADO, *Lições de Direito Internacional Privado*, Almedina, Coimbra, pp. 339 e ss.**